

2004/07/08

O SISTEMA DE FORÇAS NAVAIS, NA PERSPECTIVA DE UM CIVIL

Rui Manuel Arrifano

Esta é uma proposta, que acreditamos seja dificilmente exequível no médio prazo, dadas as conhecidas dificuldades financeiras do Estado para a realizar, mas que a poder ser concretizada, representaria um patamar mínimo de operacionalidade real para que a Marinha, obviamente integrada nas FA no seu conjunto, pudesse exercer com maior capacidade e dignidade as missões que lhe estão atribuídas, e podendo cumprir outras que serão futuramente definidas através no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

Trata-se obviamente de um ponto de partida para a discussão que se colocará após a definição do CEDN, mas pensamos que para uma marinha de um Estado-Nação com 900 anos de história, e com um espaço marítimo à sua responsabilidade não negligenciável, constitui a base necessária para o exercício efectivo de soberania, participação em missões internacionais de diversas naturezas (apoio a acções de imposição/manutenção de paz, intervenções de índole humanitária, cooperação com países amigos ou a que nos ligam laços históricos, etc.).

Num artigo enviado anteriormente faço referência à necessidade estratégica que o poder político tem, a nosso ver, de estabelecer negociações com países amigos (Cabo Verde ou S. Tomé e Príncipe) para a instalação de uma pequena base naval ou obtenção de facilidades para o estacionamento de uma força naval permanente, e rendida em cada dois meses. Esta força justificar-se-ia para as missões descritas no referido texto.

Nesse caso, o dispositivo naval estacionado no continente seria rentabilizado através de uma rotação de unidades entre o continente e essa base naval, e respectivo reabastecimento onde estacionariam permanentemente uma fragata, três corvetas, ou seus substitutos, os NPO"s a construir em Viana do castelo e um grupo de aviação ligeira constituída por 4 helicópteros de médio porte (os NH-90).

Nesta proposta não faço referência à força de submarinos, por não conhecermos em profundidade a problemática relativa à natureza das suas missões e custos para a aquisição de uma nova flotilha. Actualmente a Marinha tem três submarinos envelhecidos, dos quais um está inoperacional. Sem querer pôr em causa o princípio de uma Armada harmoniosa, no conjunto das suas vertentes, para a substituição desta flotilha de três unidades, e perante os custos que têm vindo a público, parece-nos que terão de ser tomadas opções. De qualquer modo, e à partida, para a dimensão dos mares sob jurisdição nacional, o número de três unidades é reduzido para que esta seja uma força credível, com capacidades de dissuasão ou vigilância.

Qualquer operação naval em teatros de conflito longínquos necessita de importantes forças ao nível de apoio e de logística. O que torna a capacidade militar dos EUA notável é não só a sua capacidade militar formidável, e actualmente única no mundo pela quantidade e diversidade de sistemas de armas, mas sobretudo pela sua formidável capacidade logística e de projecção de forças autónoma, por meios navais e aéreos, que permite que divisões inteiras em poucos meses possam ser instaladas e operacionalizadas em qualquer parte do globo.

Dado que o CEDN em Portugal que foi objecto de discussão pública e no âmbito do qual foi aprovada a Lei de Programação militar aponta o caminho da maior capacidade de projecção de forças, mas ainda a um nível mínimo, através da construção de um Navio polivalente logístico, quando para as necessidades actuais e futuras Portugal necessitaria de pelo menos dois navios semelhantes ao nível da plataforma, embora um com uma vertente mais "civilista" para actuar preferencialmente em missões humanitárias e de apoio à paz. Em alternativa julgamos que Portugal, poderia ter um LHD de deck corrido (um porta-helicópteros) devidamente equipado com 10 a 12 aparelhos pesados (os EH 101) e 5 a 6 NH 90, para além da óbvia capacidade anfíbia embarcada. Esta força permitiria a Portugal operar com maior importância no seio da NATO e da futura e previsível força integrada do Exército Europeu comum, e ter ainda capacidades autónomas para prosseguir com credibilidade a sua tradicional vocação atlântica.

Finalmente, este dispositivo poderia estar operacional no espaço de uma geração ou em caso ideal, no prazo de 15 anos, bastando para isso que os futuros governos da Nação cativassem mais 0,3% do PIB durante os próximos 8 a 10 anos para que esta proposta, com inevitáveis ajustes pudesse ser exequível

Dispositivo naval proposto

Continente

6 Fragatas (3 da classe Meko, ou equivalentes e 3 a adquirir, de preferência as holandesas JvH, ou outras, quando as Perry que chegarão em 2005 estiverem muito velhas)

2 Cruzadores, ou equivalentes, com capacidade de projecção de forças (actualmente os Ticonderoga americanos parecem-nos uma excelente opção, ou para daqui a 10 /15 anos iniciar negociações para as Arleigh Burke)

12 Corvetas, ou patrulhas oceânicos (previstos), mais os dois NPO's para combate à poluição

15 Avisos

10 Lanchas para desembarque de tropas e veículos a partir dos navios logísticos

15 Helicópteros tipo Linx (semelhantes aos actuais) para apoio às unidades navais

5 Helicópteros de grande porte, de resgate e transporte (os EH 101)

Navio Logístico Polivalente (previsto)

Pequeno navio Hospital dedicado

Porta helicópteros (um LHD com capacidade de desembarque anfíbio)

Navio Reabastecedor (Bérrio, ou um seu substituto)

Navio Reabastecedor para operar em teatros longínquos)

Madeira

1 Fragata, classe Meko

3 Corvetas, ou patrulhas oceânicos

Açores

1 Fragata, classe Meko

4 Corvetas ou patrulhas oceânicos

4 Helicópteros de grande porte de transporte e resgate

No continente, para além do Arsenal do Alfeite, seria necessário uma nova base naval (no estuário do Sado?) e um espaço reservado à Armada no Porto de Leixões. Nesta nova base naval a construir, seria necessário um porto de águas profundas para atracagem de navios de grande calado, onde poderiam aportar os dois cruzadores, quatro fragatas e fazer recepção de unidades navais de países aliados. Também seria necessária em terra uma zona para armazenamento de combustível para reabastecimento dos navios e acostagem dos reabastecedores de esquadra.

No Alfeite, e seguindo a velha estratégia que diz não se deverem "pôr todos os ovos no mesmo cesto", para além do restante dispositivo naval, estacionariam o porta helicópteros e o navio hospital.

Os cruzadores participariam em missões de soberania, e no âmbito da NATO ou UEO, com capacidade de transporte de um ou dois helicópteros Linx, escoltados por duas fragatas. As corvetas, ou os previsíveis substitutos (patrulhas oceânicos) ficariam baseados no Alfeite ou na nova Base Naval em número de 6, estacionando-se mais 2 no Algarve e 4 em Leixões. Também os avisos seriam distribuídos ao longo da costa continental. A componente aérea ao nível de helicópteros, que quanto a nós seria atribuída à Armada, para além da Base do Montijo, poderia ser parcialmente transferida para outra base aérea próxima (porque não dar maior uso à BA nº 1, em Sintra?).

Este é um conceito de Marinha oceânica que quanto a nós se justifica, dada a enorme extensão das águas portuguesas, atendendo às 200 milhas em redor do território nacional, e dadas as tradicionais ligações e cooperação, mesmo ao nível militar entre Portugal e os PALOP"s. Uma marinha de conceito oceânico justifica-se ainda dada o previsível aumento de missões a que Portugal possa vir a ser chamado no âmbito da ONU, em qualquer ponto do planeta. Por isso, e para além do significativo reforço das capacidades militares directas e dos respectivos sistemas de

armas que possam vir a existir dentro de 15 anos, é necessário começar já a programar a aquisição dos meios de logística e apoio, que são a chave para o êxito de qualquer missão militar.

Dois exemplos:

Em 1992, aquando do reacender da guerra civil em Luanda e quando Portugal teve que destacar uma força para resgatar cidadãos nacionais, teve que estabelecer uma base recuada em S. Tomé, e de igual modo teve que proceder assim em 1998, com o golpe da Assumane Mané na Guiné-Bissau, com uma base recuada em Cabo Verde, apesar de para aí ter destacado uma fragata, duas corvetas, o reabastecedor NRP-Bérrio e aviões de transporte C-130.

Mas poderíamos não ter todas essas facilidades noutras circunstâncias. Daí que Portugal tenha que contar com os seus próprios meios para operar em situações semelhantes e esses navios de apoio, devidamente escoltados por uma ou duas fragatas e um NPO permitiriam a Portugal dispensar a necessidade de bases recuadas, a menos que apenas servissem de ponto de desembarque de refugiados para posterior transporte e repatriamento.